



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº 1485/2023

Senhor Presidente, Vereador Wilsinho da Tabu

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 76, § 4º da Lei Orgânica e do artigo 48, II, do Regimento Interno, o encaminhamento, por meio da mesa à Prefeitura de Belo Horizonte, para a Secretaria Municipal de Governo, para à FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA e ao secretário de Obras e Infraestrutura, pedido de informação em relação ao Parque Fernão Dias, na região Nordeste de Belo Horizonte:

O parque encontra-se em obras. A esse respeito, questionamos:

- 1) Qual o objetivo da obra? O que está reformando e adequando no parque?
- 2) Qual a data de início e a previsão de término?
- 3) Há algum cronograma detalhado de execução da obra? Se sim, gentileza encaminhar.
- 4) Qual a atual situação da obra?

Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95.

CIRO DANIEL DE  
SOUZA PEREIRA DA  
SILVA:01507345658

Assinado de forma digital por CIRO  
DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA  
SILVA:01507345658  
Dados: 2023.06.01 12:05:32 -03'00'

Belo Horizonte, 01 de junho de 2023.

Vereador Ciro Pereira

**PTB**

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Wilsinho da Tabu  
Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023  
DATA. 01/06/23  
HORA. 12:06

SIL 3371



INÍCIO    TERMOS DE USO    F.A.Q.

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com [MP 2.200-2/2001](#)

**Data de verificação** 01/06/2023 15:07:04 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Pedido de Informacao Parque  
Fernão Dias.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** af004329d163e9f0274bd1fed407e4f3  
ac9d2cf35c6ff97e18e197bc6b53df8e  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ Assinatura por CN=CIRO DANIEL DE SOUZA PEREIRA DA  
SILVA:\*\*\*073456\*\*, OU=presencial, OU=39256593000197,  
OU=(EM BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o  
padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 01/06/2023 15:05:32  
UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

02 / 06 / 23

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

Requerimento nº **1486/2023**

2023

Exmo. Senhor Presidente da  
Comissão de Administração Pública

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Exmo. Sr. Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, pedido de informação referente a área existente a Rua Doutor Sette Câmara (em frente ao nº 480) e a Av. Raja Gabágliã – nas proximidades do Hospital Madre Teresa e do 4º Batalhão do Exército, bairro Luxemburgo

Esta solicitação se deve em decorrência às respostas ao Requerimento de Comissão 523/2023 ( OF.SMGO/DALE Nº 351/2023 e OF.SMGO/DALE Nº 3572/2023), além de visita que realizamos no local.

Dessa forma questiona-se:

1. A área em questão pertence à Prefeitura de Belo Horizonte, porém foi encontrado quatro dispositivos publicitários no local. Estes dispositivos são autorizado pelo Executivo?
2. Caso a resposta seja positiva, favor enviar a documentação a esse respeito, inclusive com os valores de contrapartida.
3. Em caso negativo, o que o Executivo pretende fazer a esse respeito?

Seguem, em anexo, as imagens da área.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2023.

  
**JOSÉ FERREIRA**  
Vereador

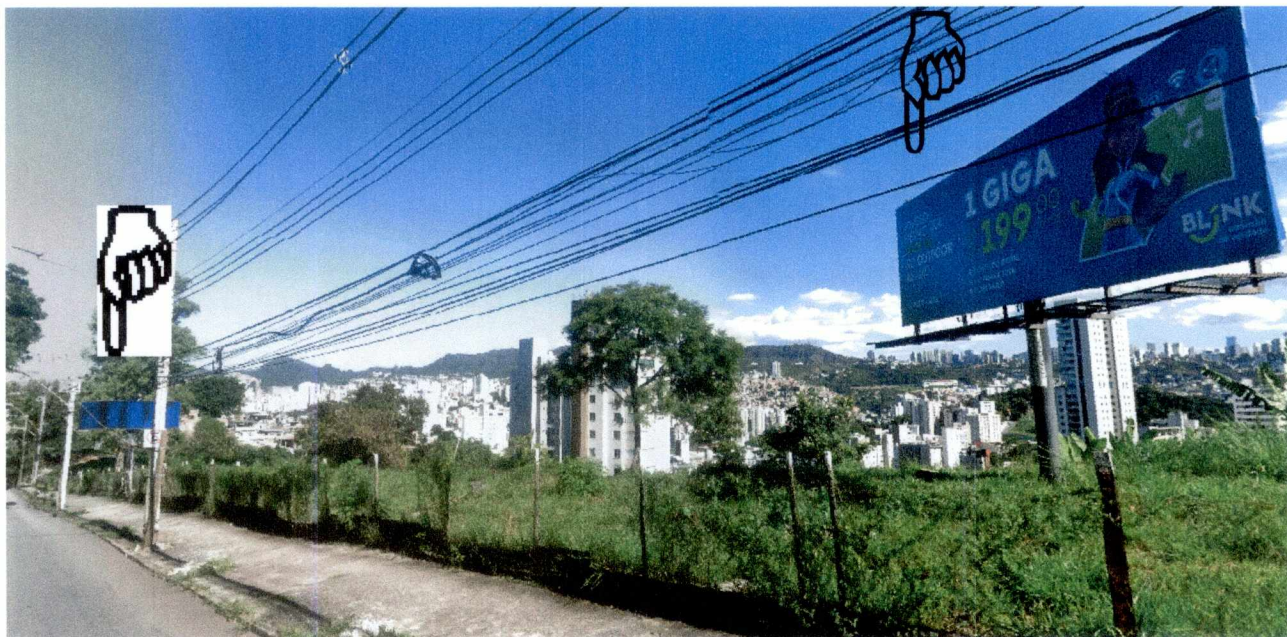
Ao Exmo. Senhor  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Presidente da Comissão de Administração Pública  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



CHEF. DIR. LEG-01/jun/23-14:38:08-003150-1 p. 3379



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Proposição Inicial  
Avulsos distribuidos em:  
02 / 06 / 23  
739  
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

Requerimen

1487/2023

123

Exmo. Senhor Presidente da  
Comissão de Administração Pública

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Exmo. Sr. Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, pedido de informação referente a área existente na Rua Guararapes, nº 1800, entre as ruas Jacaré e Muquiçaba, bairro Pindorama.

Dessa forma questiona-se:

1. A área em questão pertence à Prefeitura de Belo Horizonte?
2. Caso a resposta seja positiva, solicitamos a gentileza de enviar a documentação relativas a área em empígrafe.?

Belo Horizonte, 01 de junho de 2023.

  
**JOSÉ FERREIRA**  
Vereador

Ao Exmo. Senhor  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Presidente da Comissão de Administração Pública  
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>02 / 06 / 23</u>
<u>1487/2023</u>
Responsável pela distribuição

CHEM\_DIREC-01/jun/23-14:38:23-003151-1 jul 3380

## Requerimento de Comissão

**1488/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Prefeito de Belo Horizonte, o senhor Fuad Noman, à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, na pessoa do Secretário Leandro César Pereira, questionamentos sobre o projeto de revitalização e reforma da Praça João Pessoa.

As praças públicas desempenham um papel fundamental no fomento da qualidade de vida dos cidadãos e na construção de espaços de convivência saudáveis e inclusivos. Elas são pontos de encontro, recreação e lazer para pessoas de todas as idades, contribuindo para a coesão social e fortalecimento dos laços comunitários.

Em visita técnica realizada no dia 23 de maio de 2023, na Praça João Pessoa, no bairro Santa Efigênia, foi nos informado da existência de um projeto de reforma e requalificação para a mesma. Por isso, gostaria de receber os seguintes detalhes:

1. Informe o estágio atual do projeto de reforma da praça. Houve um planejamento prévio? Quais são as etapas concluídas até o momento? Enviar o projeto arquitetônico das reformas que serão realizadas.
2. Quais são os objetivos gerais da reforma da praça? O projeto visa melhorar a infraestrutura, o paisagismo, a acessibilidade ou outros aspectos específicos? Por favor, forneça uma descrição detalhada dos objetivos propostos.
  - a. O Executivo informou que no local será construído o memorial da COVID. Por favor informe maiores detalhes da construção deste monumento.
3. Qual é o orçamento previsto para a reforma da praça? Como os recursos financeiros para essa iniciativa estão sendo alocados?

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 01.10.2023  
HORA. 15:44

Sl 3388

4. Qual é o cronograma estimado para a conclusão da reforma da praça? Existem datas específicas definidas para cada fase do projeto?
5. Houve alguma consulta ou participação da comunidade local durante o processo de planejamento da reforma da praça?
6. O projeto de reforma da praça inclui medidas para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida? Se sim, quais adaptações serão implementadas para tornar a praça acessível a todos?
7. O projeto possui alguma abordagem de sustentabilidade ambiental? Serão utilizados materiais ecológicos, práticas de conservação da água, energia renovável ou outras medidas sustentáveis durante a reforma da praça?

É essencial para a transparência e engajamento cívico que os cidadãos tenham acesso a informações claras e atualizadas sobre projetos que impactam diretamente a comunidade.

Atenciosamente,

Belo Horizonte, 04 de maio de 2023.

MARCELA DE  
LACERDA  
TROPIA:123932  
83625

Assinado de forma  
digital por MARCELA DE  
LACERDA  
TROPIA:12393283625  
Dados: 2023.06.01  
15:30:18 -03'00'

**Vereadora Marcela Trópia**  
**NOVO**

Ao Senhor  
Vereador Wilsinho da Tabu Presidente da Comissão de Administração Pública

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 01/06/2023 18:45:34 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo 01\_06\_2023 - Req. informação - Comissão de Administração Pública - Praça João Pessoa Assinado.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 83830ff5b0e444ab9e1026379c1543ec9f721d0b4a3af9d6c4f7f3f3ea0f75c5  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=MARCELA DE LACERDA TROPIA:\*\*\*932836\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

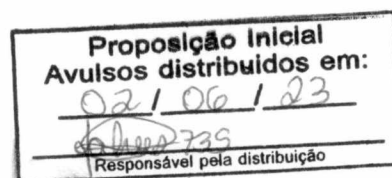
## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 01/06/2023 18:30:18 UTC  
Status dos atributos Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

[AVALIE ESTE SERVIÇO](#)[EXPANDIR ELEMENTOS](#)Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**1500/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Senhor André Abreu Reis – Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), pedido de informação sobre SMASAC/SUAS-BH:

1. Qual o cronograma de nomeação do concurso público da SMASAC 02/2022 - analista de políticas públicas homologado no dia 17 de maio de 2023?
2. Quais são os números de contratados, cargos vagos e de profissionais que exoneraram/aposentaram?

Belo Horizonte, 31 de maio de 2023.

BRUNO ABREU  
GOMES:06215  
011665

Assinado de forma digital  
por BRUNO ABREU  
GOMES:06215011665  
Dados: 2023.05.31  
15:56:44 -03'00'

Vereador Bruno Pedralva

PEDRO LUIZ  
NEVES VICTER  
ANANIAS:03950  
063684

Assinado de forma  
digital por PEDRO LUIZ  
NEVES VICTER  
ANANIAS:03950063684  
Dados: 2023.06.02  
15:13:51 -03'00'

Vereador Pedro Patrus

Ao Senhor  
Vereador Wilsinho da Tabu  
Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME:  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 02/06/23  
HORA. 15:19

SL 3705



INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 02/06/2023 18:23:25 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Pedido de informação concurso SMASAC.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo c17042a4540c0c5149572b426ac320f6182badb9ee8b2978314973f599d6409a  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 2

## ▼ BR Assinatura por CN=BRUNO ABREU GOMES:\*\*\*150116\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 31/05/2023 18:56:44 UTC  
Status dos atributos Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

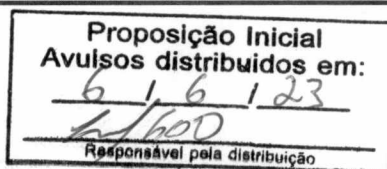
## ▼ BR Assinatura por CN=PEDRO LUIZ NEVES VICTER ANANIAS:\*\*\*500636\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 02/06/2023 18:13:51 UTC

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

## Requerimento de Comissão

**1501/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, e ao Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), pedido de informação sobre obra a ser realizada no bairro Tupi.

Sabe-se que no início do ano de 2013 foram realizadas obras pela Prefeitura no local, com gastos de aproximadamente R\$ 1,3 milhão de reais. Entretanto, percebe-se que essas intervenções não foram suficientes para solucionar o problema das encostas. Prova disso é que após as fortes chuvas ocorridas no início do ano de 2020, o barranco acima do campo desmoronou e hoje coloca em risco os moradores da região.

Ressalto que meu primeiro contato dos moradores conosco ocorreu no final do ano de 2021. Por meio de pedido de informação, constante no Requerimento de Comissão nº 1.703/2021, de 30 de novembro de 2021, fiz alguns questionamentos sobre o local e, em resposta, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap) informou que:

*Um novo empreendimento, específico para o referido local, está em andamento, cadastrado no Plano de Obras do município sob o código 1795: N2-S-INF-14: Rua Gil Moraes de Lemos (Campo do Tupinense), e tem como escopo serviços e obras para contenção de talude (localização: Rua Gil Moraes Lemos, bairro Tupi - CP 265004M). Observa-se que tal empreendimento se encontra em orçamentação para contratação de projetos.*

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 05/06/23  
HORA 10:52

5123428

Entretanto, até o mês de junho de 2022 não foram realizadas as intervenções necessárias. Diante disso, propus a realização de uma visita técnica, com o intuito de verificar a situação, tendo em vista que as fortes chuvas do início do ano de 2022 pioraram as condições do local. Essa visita foi realizada em 07 de julho de 2022, às 10:00, e foi acompanhada por equipe da Prefeitura de Belo Horizonte.

Segundo informações que nos foram passadas, a licitação do projeto para as obras estava prevista para ocorrer ao final de julho. Após verificação in loco das condições da rua e de conversas com a equipe técnica da Prefeitura, solicitei, por meio do **OFÍCIO Nº 30/2022 – Gabinete da Vereadora FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**, encaminhado à Secretaria de Governo em 07 de julho de 2022, que fossem considerados no projeto e na execução da intervenção, além da obra para contenção de talude, os seguintes pontos:

- 1 - reconstituição do passeio e do muro/tela de contenção;*
- 2 - uma escadaria de acesso ao lado do vestiário do campo Tupinense, ligando a rua Gil Moraes de Lemos aos vestiários; e*
- 3 - um alambrado ou uma tela para-bolas, atrás dos vestiários.*

Ressaltei ainda a necessidade de monitoramento da área, até que a obra fosse executada e sugeri a realização de um trabalho integrado e coordenado junto à Defesa Civil, para alertar os moradores durante o período chuvoso e até que a intervenção fosse concluída.

Entretanto, apesar da previsão dada pela equipe da Prefeitura no dia da visita, de que as obras começariam em março de 2023, até o momento nada foi feito e os cidadãos que moram e transitam pelo local continuam correndo riscos. Diante de todos os fatos expostos, questiona-se:

1 – A licitação do projeto para as obras do local, prevista para ocorrer ao final de julho, já ocorreu? Em caso afirmativo, quando se iniciou o processo licitatório e quando foi finalizado? Em caso negativo, por que o processo licitatório não ocorreu?

2 – Caso o processo licitatório tenha ocorrido, por que as obras no local ainda não se iniciaram (tendo em vista a previsão da Prefeitura que as obras se iniciariam em março de 2023)?

3 – Quais os motivos para a demora e para o fato de a Prefeitura não ter tomado nenhuma medida para solucionar e resolver os problemas do local?

4 – Quais ações a Prefeitura de Belo Horizonte tem tomado ou pretende tomar para resolver os problemas do local?

5 – Há previsões para a realização das obras e resolução dos problemas do local? Favor informar os prazos de cada uma das etapas previstas para realização das obras e resolução do problema.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2023.

**FERNANDA PEREIRA** Assinado de forma digital por FERNANDA  
PEREIRA ALTOE:04519898641  
**ALTOE:04519898641** Dados: 2023.06.05 10:51:29 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**

**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

## ANEXO

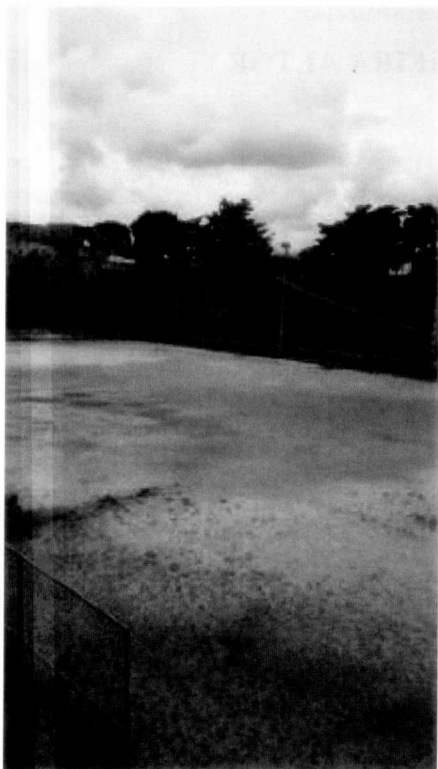




Foto da Rua Gil Moraes de Lemos, 29, Bairro Tupi, em março de 2019.



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

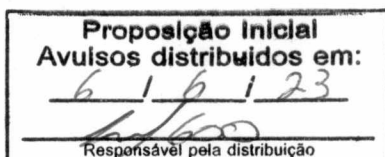
<b>Data de verificação</b>	05/06/2023 14:23:18 GMT
<b>Versão do software</b>	2.8.1
<b>Nome do arquivo</b>	17.1 - 31.05.2023 - Pedido de Informação - Barranco bairro Tupi (1).pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	7c14967d42a1647ee156d1cd74d2d0d9c21d1d7ed97a6d4b6c360ad4b9661021

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

### ▼ Informações da assinatura

<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Em conformidade com o padrão
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação



AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**1502/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman e ao Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Belo Horizonte, Sr. André Reis, pedido de informação sobre o quadro de Agentes Executivos Governamentais da Prefeitura de Belo Horizonte.

Nesse sentido, encaminho os seguintes questionamentos:

- a) Quantos Agentes Executivos Governamentais ativos na Prefeitura de Belo Horizonte trabalham em jornada de 6 (seis) horas diárias;
- b) Quantos Assistentes de Serviço Público ativos na Prefeitura de Belo Horizonte trabalham em jornada de 6 (seis) horas diárias.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2023.

FLAVIA FERREIRA  
BORJA  
PINTO:96940018620

Assinado de forma digital por  
FLAVIA FERREIRA BORJA  
PINTO:96940018620  
Dados: 2023.06.06 15:06:49  
-03'00'

Vereadora Flávia Borja

Ao Senhor

Vereador Wilsinho da Tabu

Presidente da Comissão de Administração Pública

PROTOCOLIZADO CONFORME:  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 06/06/23  
HORA 15:12

514 3460

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 06/06/2023 18:23:28 UTC  
Versão do software 2.11rc5

#### ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Pedido de Informação - PBH.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	b1cfe6e6cca16aa7b65c2b442f9c04d5217a22c4d1cc9d0b0529957617a8a07b
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=FLAVIA FERREIRA BORJA PINTO:\*\*\*400186\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	06/06/2023 18:06:49 UTC
Status dos atributos	Aprovados

#### ► Informações do assinante

#### ► Caminho de certificação

#### ► Atributos

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
6 16 123  
2/600  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### PARECER DE 2º TURNO SOBRE PROJETO DE LEI Nº 1358/14

#### 1. RELATÓRIO:

De autoria do Ver.(a) Jorge Santos, com emenda-substitutivo de nº 1 do Ilme. Ver. Bruno Miranda, o Projeto de Lei em epígrafe que "Institui a Política Municipal de Informação e Orientação aos Idosos sobre Previdência Social e Assistência Social no Município e dá outras providências", vem à esta Comissão para análise e parecer em 2º turno.

O referido projeto recebeu aprovação no plenário em 1º turno na 12ª Reunião Ordinária do dia 02/03/2023, ao texto foi apresentada, tempestivamente, emenda-substitutivo.

Seguindo o rito regimental, retorna a proposta às comissões de mérito a fim de que seja analisada a referida emenda substitutivo nº 1 apresentada ao PL 1358/2014.

A Comissão de Legislação e Justiça, ao apreciar a matéria em 2º turno, aprovou parecer pela inconstitucionalidade da emenda nº1. A Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor não apresentou parecer, tendo perdido o prazo.

Seguindo o trâmite regimental vem a proposta a esta Comissão de Administração Pública, conforme despacho em que delimita a competência para análise, qual seja: art. 52, inciso II, alínea "g" do Regimento Interno.

Designado Relator para a matéria, passo à fundamentação de parecer e voto.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

O PL em comento se refere à instituição de uma Política Municipal de Informação e Orientação aos Idosos sobre Previdência Social e Assistência Social no município de Belo Horizonte. Esta política é voltada para a promoção do conhecimento dos idosos sobre a previdência social e a assistência social, bem como para facilitar o acesso dos idosos aos meios para o exercício pleno de seus direitos previdenciários e sociais. A emenda-substitutivo da Política Municipal de Informação e Orientação aos Idosos sobre Assistência Social,

REGULIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 06/06/23  
HORA: 14:06



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estabelece diretrizes que se resumem a orientar e facilitar o acesso de idosos aos seus direitos sociais e sobre a Lei Orgânica da Assistência Social — Loas. Também determina competências para o Poder Público, quais sejam: a realização de mutirões informacionais, campanhas informativas sobre os direitos sociais de idosos pelos meios de comunicação e propor parcerias com organizações da sociedade civil com o objetivo de realizar campanhas informativas sobre os direitos sociais dos idosos.

Ao se voltar especificamente para a população idosa, a emenda-substitutivo atua diretamente no princípio da dignidade da pessoa humana, um dos pilares constitucionais do Estado Democrático de Direito. Idosos compõem uma parcela da população frequentemente negligenciada e desinformada sobre seus direitos, principalmente no que diz respeito à previdência e assistência social. Ao buscar promover o conhecimento e facilitar o acesso a esses direitos, a emenda-substitutivo reconhece a importância de garantir a dignidade desses indivíduos, proporcionando-lhes acesso à informação e garantindo que eles possam exercer plenamente seus direitos previdenciários e sociais.

## **2.1- COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Diante do despacho presidencial cabe a análise desta comissão sobre os aspectos da matéria referente a estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta.

A estrutura da administração pública no Brasil é dividida em administração direta e indireta. A administração direta é composta pelos próprios órgãos do Estado, enquanto a administração indireta é composta por entidades criadas pelo Estado para executar atividades de interesse público, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

A Administração Pública tem como função atuar na sociedade de forma a garantir a prestação de serviços públicos, a regulamentação de negócios, normas ambientais e de segurança, fiscalizar estabelecimentos comerciais, leis de trânsito e investigar violações de leis ambientais, bem como planejar o desenvolvimento urbano, administrar financeiramente os recursos a ele disponibilizados pelo poder legislativo e ainda garantir a proteção dos direitos dos cidadãos.

Em todas as suas esferas, a administração pública possui competência para emitir atos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

normativos, que são instrumentos pelos quais a Administração estabelece regras gerais e abstratas para a organização e funcionamento dos serviços públicos. Estes atos normativos são extensões do poder regulamentar e são emitidos no exercício da função normativa da Administração. Através da emissão de regulamentos e emissão de decretos, a Administração Pública organiza ou explica a aplicação de uma lei.

Caso um Poder acabe por violar as competências de outro, ele acaba por atrair consequências desgastantes à sociedade, quais sejam: o desequilíbrio dos poderes, o que ocasiona a concentração de poder na mão de um dos Poderes; a ineficiência governamental, que é ocasionada por disputas entre o Executivo e o Legislativo do que compete a quem; e até mesmo uma possível crise constitucional, o que leva a disputa de competências à apreciação do Judiciário, que por sua vez deverá analisar toda a situação e conduzir uma análise da Constituição Federal de 1988 e decidir a quem compete o que.

Em conclusão, a harmonia e o equilíbrio entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são fundamentais para o funcionamento eficiente do governo. Cada um desses poderes tem suas próprias competências definidas pela Constituição Federal, e não é apropriado que um poder invada a competência de outro

Inicialmente, o foco do PL original abrange tanto a Previdência Social quanto a Assistência Social. Ele propõe diretrizes que buscam promover o conhecimento dos idosos sobre previdência e assistência social, além de facilitar o acesso dos idosos aos meios de exercício pleno de seus direitos previdenciários e sociais.

No entanto, o texto original fere e invade a competência do Poder Executivo ao intervir no Fundo Municipal do Idoso, e ainda ao determinar a regulamentação de matéria por parte do Executivo.

Há também inconstitucionalidade no PL em sua forma original, visto que ele estabelece prazo pelo qual o Poder Executivo deveria implementar a Lei, enquanto há decisão vinculante do STF que provê entendimento de que um Projeto de Lei não pode determinar prazo para matéria de competência do Executivo. A decisão considera que isso é inconstitucional porque viola os artigos 2º e 84, II, da Constituição da República. O artigo 2º estabelece a separação dos poderes e o artigo 84, II, confere ao Presidente da República a prerrogativa exclusiva de iniciar leis. Segundo a jurisprudência do STF, é incompatível



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estabelecer prazos para o Poder Executivo apresentar projetos de lei ou regulamentar preceitos legais. É o entendimento:

Ementa Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 1.601/2011, do Estado do Amapá. Instituição da Política Estadual de Prevenção, Enfrentamento das Violências, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Preliminar. Ausência de impugnação específica dos dispositivos da lei questionada. Não conhecimento, em parte. Art. 9º. Estabelecimento de prazo para o Poder Executivo regulamentar as disposições legais constantes de referido diploma normativo. Impossibilidade. Violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República. 1. Recai sobre o autor das ações de controle concentrado de constitucionalidade o ônus processual de indicar os dispositivos impugnados e realizar o cotejo analítico entre cada uma das proposições normativas e os respectivos motivos justificadores do acolhimento da pretensão de inconstitucionalidade, sob pena de indeferimento da petição inicial, por inépcia. 2. Não se mostra processualmente viável a impugnação genérica da integralidade de um decreto, lei ou código por simples objeção geral, insuficiente, para tanto, a mera invocação de princípios jurídicos em sua formulação abstrata, sem o confronto pontual e fundamentado entre cada um dos preceitos normativos questionados e o respectivo parâmetro de controle. 3. Firme a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal no sentido da incompatibilidade de dispositivos normativos que estabeleçam prazos, ao Poder Executivo, para apresentação de projetos de lei e regulamentação de preceitos legais, por violação dos arts. 2º e 84, II, da Constituição da República. 4. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida em parte e, nessa extensão, pedido julgado procedente.

(ADI 4728, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 16/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-244 DIVULG 10-12-2021 PUBLIC 13-12-2021)

A emenda-substitutivo nº1 apresentada ao Projeto de Lei nº 1358/14 mantém o escopo original do projeto de Lei, mas apresenta correções que garantem que a divisão dos poderes seja mantida em equilíbrio, posto que corrige inconstitucionalidade bem conhecida que outrora violava a competência do Executivo, como também corrige violação das competências da Administração Pública Indireta ao retirar do texto-base o excerto que determinava como se daria o financiamento da política em comento.

Logo, a emenda-substitutivo altera o funcionamento da política, garantindo que o texto-base esteja de acordo com o que é cabível ao Poder Legislativo.

A importância dessa emenda reside na crescente necessidade de políticas públicas



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

focadas no envelhecimento da população brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa no Brasil tem aumentado rapidamente, criando um imperativo social e político para fornecer suporte adequado a este segmento da população.

O primeiro artigo estabelece a política em si, enquanto o segundo define suas diretrizes: promover conhecimento sobre assistência social aos idosos e facilitar o acesso dos idosos aos meios de exercício pleno de seus direitos sociais. Essas diretrizes abordam duas questões críticas: a falta de conhecimento entre os idosos sobre seus direitos e as barreiras que muitas vezes enfrentam para acessar esses direitos.

No terceiro artigo, a emenda descreve o papel do poder público na implementação desta política. Especificamente, estabelece a realização de campanhas de informação anuais e a busca de parcerias com entidades estaduais, federais e organizações do setor privado. Essas medidas podem ser eficazes para aumentar a conscientização e proporcionar maior apoio aos idosos.

Dadas as análises, não vislumbramos óbices que impactem na regular tramitação da proposição nesta Casa quanto ao mérito atinente desta Comissão, por isso passamos à conclusão que se segue.

### **3. CONCLUSÃO:**

Por todo o exposto, concluo este parecer pela **APROVAÇÃO** da emenda-substitutivo nº 1 do Projeto de Lei Nº 13587/14.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2023.

ROBERTO ELBO Assinado de forma digital  
GONCALVES:87 por ROBERTO ELBO  
136791634 GONCALVES:87136791634  
140258-03/00

Vereador Roberto da Farmácia

Relator



[INÍCIO](#)   [TERMOS DE USO](#)   [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 06/06/2023 17:16:38 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Parecer (1358-14) Administracao Roberto.docx.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** c5ad6e14ce3cd2e4d4d14728271fd3b832681263fb66895685892a4db24d3df1  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ BR Assinatura por CN=ROBERTO ELBO GONCALVES:\*\*\*367916\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=38038006000120, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 06/06/2023 17:02:58 UTC

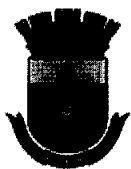
► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE SERVIÇO

EXPANDIR ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Comissão de Administração Pública Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 146/2017

### Relatório

O Projeto de Lei nº 146/2017 (doravante denominado “PL nº 146/2017”), que *“dispõe sobre a Segurança e a Proteção Municipal Preventiva pela Guarda Municipal nos principais Centros comerciais do Município”*, de autoria do Vereador Álvaro Damião, foi protocolado em 07/03/2017.

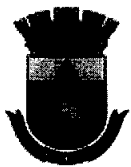
Autuado, foi apreciado em 1º Turno pela Comissão de Legislação e Justiça, com parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da proposição. Nesta Comissão de Administração Pública, em 1º Turno, houve perda de prazo, sem parecer. Ato seguido, na Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, foi aprovado parecer pela rejeição da proposição. Ainda em 1º Turno, o Projeto de Lei recebeu uma Emenda (Emenda nº 1/2023), de autoria da Vereadora Marcela Trópia, e outra Emenda de autoria do Vereador Bruno Miranda, que restou prejudicada. Por fim, o Projeto de Lei foi submetido ao Plenário em 1º Turno em 09/03/2023, ocasião em que foi aprovado com 35 (trinta e cinco) votos favoráveis e 5 (cinco) votos contrários na parte não destacada, uma vez que foi votado destacadamente o art. 2º do PL nº 146/2017, em razão de requerimento deferido, e o art. 2º, votado destacadamente, foi rejeitado em 1º Turno por 40 (quarenta) votos contrários e nenhum a favor.

Iniciada a tramitação em 2º Turno, uma vez que foram apresentadas emendas (e uma delas não restou prejudicada, qual seja, a Emenda nº 1/2023), foi esta apreciada pela Comissão de Legislação e Justiça, em que foi aprovado parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade da Emenda nº 1/2023.

Finalmente, a proposição foi submetida a esta Comissão de Administração Pública em 2º Turno, em que fui designado Relator, razão pela qual passo então a emitir o parecer acerca da matéria referente à Emenda nº 1/2023 do Projeto de Lei nº 146/2017, quanto ao mérito, nos termos do art. 52, inc. II, c/c art. 85 do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 06/06/23  
HORA: 14:25



### Fundamentação

Primeiramente, cumpre salientar que este parecer deve se ater à emenda, não prejudicada, apresentada ao Projeto de Lei nº 146/2017, qual seja, a Emenda nº 1/2023, de Autoria da Vereadora Marcela Trópia.

Quanto a esse ponto, é cediço que a temática meritória desta Comissão é prevista nas alíneas do inc. II do art. 52, do Regimento Interno desta Câmara, a saber:

*"Art. 52 - A competência de cada comissão permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo especificamente à:*

*(...)*

*II - Comissão de Administração Pública:*

- a) organização político-administrativa do Município;*
- b) política de descentralização e regionalização da atividade administrativa;*
- c) instrumentos de participação popular na administração pública;*
- d) planos de inter-relação dentro da região metropolitana;*
- e) regime jurídico dos servidores públicos;*
- f) sistema previdenciário dos servidores;*
- g) estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta;*
- h) delegação de serviços públicos;*
- i) matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos;*
- j) prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico;*
- l) matéria referente ao direito administrativo em geral";*

Assim sendo, para análise temática desta Comissão, cumpre destacar o teor da Emenda nº 1/2023, sob o prisma das alíneas "a" a "l" do inc. II do art. 52 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, notadamente, nos pontos em que há alteração na redação da proposição original, nos seguintes termos:

#### Emenda nº 1/2023

Quanto à Emenda nº 1/2023, de caráter substitutiva, verifica-se que diverge do projeto original ao propor nova redação ao art. 1º do Projeto original; suprime o art. 2º do PL (o que acabou por ocorrer ainda em 1º Turno, com a votação destacada do referido artigo sendo favorável à sua exclusão por unanimidade do Plenário desta Casa); e altera o art. 4º do Projeto original, renumerado como art. 3º na Emenda, que trata do prazo para regulamentação da lei pelo Executivo.



Em síntese, nota-se que a Emenda proposta altera a redação do *caput* do art. 1º do projeto de lei em sua redação original, bem como altera o prazo para regulamentação da lei referida, eis que a outra distinção do projeto original não mais subsiste, já que o art. 2º da proposição foi rejeitado em 1º Turno no Plenário em votação destacada. Desse modo, este parecer será restrito a dois pontos: a distinção da redação do art. 1º do projeto original e da emenda proposta, e a proposição quanto a prazo para regulamentação da norma.

Acerca do primeiro item tratado, o Projeto original tem a seguinte redação em seu art. 1º:

*"Art. 2 - O Executivo manterá, através da Guarda Municipal, patrulhamento preventivo com a finalidade de garantir a proteção e a segurança dos cidadãos, bens, serviços e logradouros públicos nos Centros comerciais do Município."*

*Parágrafo único - Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especiais, dominiais e particulares".*

Por sua vez, a Emenda nº 1/2023 propõe a seguinte redação ao dispositivo mencionado:

*"Art. 1º - O Executivo manterá, através da Guarda Municipal, patrulhamento preventivo com a finalidade de garantir a proteção e a segurança dos bens e serviços públicos do Município".*

Verifica-se, assim, que a Emenda analisada suprime das atribuições da Guarda Municipal a obrigação de patrulhamento preventivo com a finalidade de garantir a proteção e a segurança "dos cidadãos" e "dos logradouros públicos nos Centros comerciais do Município", além de excluir o parágrafo único do artigo, que prevê que "os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especiais, dominiais e particulares". Denota-se, pois, que a matéria trata das alíneas "g", "h", "i" e "j" do inc. II do art. 52 do Regimento Interno desta Casa<sup>1</sup>, devendo ser analisada.

---

<sup>1</sup> Art. 52 (...)

inc. II (...)

g) estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta;

h) delegação de serviços públicos;

i) matéria referente ao patrimônio público e ao regime jurídico-administrativo dos bens públicos;

j) prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico;



Assim, a supressão das expressões “dos cidadãos” e “dos logradouros públicos nos Centros comerciais do Município”, como consta na Emenda, vai de encontro à justificativa da proposição, qual seja, que “o Executivo contribua com a segurança e a proteção dos cidadãos e usuários dos serviços e bens, público ou privado”.

Mais do que isso, vale salientar a edição da Lei Municipal nº 11.154/2019, que dispõe sobre o “o plano de carreira dos servidores da área de atividades de segurança pública que atuam na Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte, estabelece a respectiva tabela de vencimentos e dá outras providências”, posterior ao PL em exame. Referida norma aponta, em seu art. 2º que a Guarda Municipal tem “função de proteção municipal preventiva”, e determina, em seu art. 5º, que “os servidores da GCMBH têm como atribuição (...) I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - prevenir, coibir e inibir, pela presença e vigilância, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; e III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, os serviços e as instalações municipais; (...)”.

Destarte, verifico que a exclusão da expressão “cidadãos” na proposição não se encontra condizente com a legislação correlata do Município, notadamente ante as atribuições dos servidores integrantes da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (“GCMBH”), de modo que pugno pela rejeição da Emenda nº 1/2023 neste ponto.

Ademais, ainda sobre o mérito, por tratar de Guardas Municipais, verifico que a Lei Federal nº 13.022/2014, que dispõe sobre o “Estatuto Geral das Guardas Municipais”, aponta, em seu art. 4º, que “é competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município”, prevendo ainda, em seu parágrafo único, que “os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais”.

Assim sendo, nota-se que a supressão do parágrafo único do art. 1º da proposição original, tal como propõe a Emenda, não encontra guarida na legislação pátria. Trata-se, assim, de norma federal transcrita para a legislação municipal, sem prejuízo de teor, apenas com acréscimos particulares ao Município. Nesse sentido, não verifico necessidade de suprimir o parágrafo único da proposição original, razão pela qual opino pela rejeição da Emenda também neste íterim.



Noutro norte, no que tange à competência desta Comissão, deve ser analisado ainda a proposição de alteração do prazo para regulamentação da lei (art. 4º do PL original, art. 3º da Emenda-substitutiva). Sobre isso, a proposição original prevê, em seu art. 4º, que “o *Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 dias contado da data de publicação de sua publicação.*”, enquanto o art. 3º determina que “o *executivo regulamentará esta Lei, no que couber.*”.

Nesse cenário, entendo que a Emenda aprimora o projeto, ao não prever prazo para a regulamentação pelo Executivo. Isso porque, ao não prever referido prazo, a proposição não incide em discussão sobre eventual afronta à separação dos Poderes, ao prever obrigação ao Poder Executivo em projeto de iniciativa parlamentar.

Sobre este ponto, ressalto que não é competência desta Comissão discutir a constitucionalidade e legalidade da norma (o que compete à egrégia CLJ) razão pela qual deixo de me manifestar se seria adequado ou não, na técnica legislativa, prever um prazo para o Executivo regulamentar uma norma. Decerto, referida discussão, que trata de eventual afronta à separação dos Poderes, ao supostamente prever obrigação ao Poder Executivo em projeto de iniciativa parlamentar, não é de competência desta Comissão, razão pela qual reservo-me o direito de sobre ela não me manifestar.

Em suma, considerando a matéria objeto desta Comissão, que restringe maiores considerações sobre o mérito desta Emenda, entendo que esta deve ser rejeitada. Portanto, manifesto-me pela rejeição da Emenda nº 1/2023.

### Conclusão

Ante o exposto, nos aspectos em que compete a esta Comissão examinar, opino pela rejeição da Emenda nº 1/2023 do Projeto de Lei nº 146/2017.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2023.

WAGNER DE  
JESUS  
FERREIRA:0369  
9681661  
Vereador Wagner Ferreira - PDT  
Relator

Assinado de forma  
digital por WAGNER DE  
JESUS  
FERREIRA:03699681661  
Dados: 2023.06.06  
14:20:50 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 06/06/2023 17:27:51 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

#### ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Parecer - PL 146-2017 2o turno.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** c5fef6a250b1b3d82c0296fe206696ad148c2750e0f8d  
e94a2563c38285ff4ad  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

#### ▼ BR Assinatura por CN=WAGNER DE JESUS FERREIRA:\*\*\*996816\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 06/06/2023 17:20:50 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

#### ▶ Informações do assinante

#### ▶ Caminho de certificação

#### ▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**PROJETO DE LEI Nº 444/2017**

**PARECER EM 2º TURNO**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei nº 444/2017 de autoria do Ver.(a) Helinho da Farmácia, que "Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor e bloqueador solar pelo Município de Belo Horizonte para pessoas com deficiência de albinismo e dá outras providências".

Consoante despacho de recebimento exarado pelo Exmo. Presidente da Câmara, compete a esta Comissão emitir parecer, na forma do art. 52, inciso II, alínea "g", sobre:

g) estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei prevê a distribuição, periódica pelo Município de Belo Horizonte de protetor e bloqueador solar, para pessoas com albinismo.

É necessário um cadastro prévio de pessoas com albinismo na Secretaria Municipal de Saúde e ou em Centros de Saúde do Município conforme for estabelecido pelo Executivo.

Foi apresentado um substitutivo emenda, determinando que o município de Belo Horizonte deverá fornecer protetor solar para pessoas com albinismo, que estejam inscritas no cadastro único (CadÚnico) ou no programa jornada Produtiva. A quantidade deverá ser especificada por profissional da área médica.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 05.06.23  
HORA 16:48



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O substitutivo recebeu parecer pela inconstitucionalidade na Comissão de Legislação e Justiça e recebeu parecer pela aprovação na Comissão de Saúde e Saneamento.

Primeiramente há de se destacar, conforme analisado pela Comissão de Legislação e Justiça que o projeto é inconstitucional, uma vez que afronta a Constituição Federal de 1988, em seu art. 2º no que se refere a separação de poderes.

Além do vício de iniciativa acima, o substitutivo também afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 16, I e II:

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias."

Portanto, conforme determina a LRF é imprescindível a estimativa de impacto financeiro e o declarador do ordenador da despesa, e por mais nobre que seja a intenção do autor, o art.2º da emenda não supri a ilegalidade acima.

Seguindo a análise do substitutivo emenda, destaco ainda o que aduz o art. 37º, caput, da CF/88:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte."

O substitutivo emenda apresentado, claramente afronta o princípio da legalidade, que é princípio norteador da administração pública, vez que impõe a atuação administrativa



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

somente quando houver previsão legal, portanto, o substitutivo emenda apresentado é inconstitucional e ilegal.

Diante análise desta comissão, sobre estrutura organizacional e administrativa do Executivo, incluindo as entidades da administração indireta, conclui-se que o substitutivo possui vício de iniciativa, invadindo competência exclusiva do chefe do poder Executivo, e além da inconstitucionalidade possui ilegalidade por não respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal e também fere o princípio da legalidade.

Portanto, diante todo exposto, não deve o substitutivo emenda nº1 prosperar.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela rejeição do substitutivo emenda nº 1 ao Projeto de Lei 444/2017.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2023.

**RUBEM RODRIGUES  
DE OLIVEIRA  
JUNIOR:031503266  
99**

Assinado de forma  
digital por RUBEM  
RODRIGUES DE OLIVEIRA  
JUNIOR:03150326699  
Dados: 2023.06.05  
16:47:37 -03'00'

---

**Vereador Rubão  
Partido Progressistas**

## Assinatura Digital > Validar Assinatura

**O arquivo Parecer PL 444.2017 (1).pdf possui 1 assinatura(s) ICP Brasil:**

**RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:03150326699 - válida**

Data da assinatura: Mon Jun 05 16:47:37 BRT 2023

Message digest: SHA-256

Informações do assinante:

- Assinante: RUBEM RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR:03150326699
- Dados ICP-Brasil
- Tipo de certificado: A3

**FAZER UMA NOVA VALIDAÇÃO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## RESPOSTAS EM PAUTA

### 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As respostas em pauta já foram publicadas e os conteúdos poderão ser consultados diretamente no Portal da Câmara Municipal, <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes>, na pesquisa pelo tipo de proposição “Requerimento de Comissão”, seguido do respectivo número do requerimento e do ano.